

PARA UMA ARQUEOLOGIA CAIÇARA

Plácido Cali¹

O litoral sul e sudeste brasileiro passou por um processo de povoamento iniciado por volta de 8000 anos, com a presença de sambaquieiros, e cuja cultura desapareceu completamente cerca de 1000 anos antes da chegada dos primeiros colonizadores europeus.

Desde os primórdios do processo de povoamento até os dias atuais, essa porção do litoral brasileiro foi palco do desenvolvimento de várias sociedades. Atualmente, os poucos grupos indígenas ali existentes são, em sua maioria, Guaranis que atingiram o litoral na primeira metade do século XIX, e que, naquela época, não possuíam vínculos culturais e históricos com aquele ambiente, ou com os grupos sambaquieiros, indígenas tupis e jês, cujos vestígios ainda encontramos nos sítios arqueológicos litorâneos.

Ainda hoje os caiçaras mantêm e preservam vínculos históricos e culturais com o ambiente litorâneo. Embora não haja uma unidade em termos de mobilização dessas comunidades caiçaras, ações regionais com o apoio de universidades e OnGs têm garantido espaço para os caiçaras manifestarem seu ideal para manutenção do meio de vida tradicional, mesmo que, muitas vezes, tenham que lutar contra o próprio Estado, devido às restrições ambientalistas que lhes são impostas.

No âmbito da Arqueologia, não cabe aqui abordar os aspectos contemporâneos desse movimento, mas apresentar sugestões e caminhos para o resgate da cultura caiçara a partir de seus elementos materiais. Acreditamos que a preservação da história caiçara e de exemplares de seus bens patrimoniais são importantes para a valorização dessa cultura, formação de identidade junto aos jovens caiçaras e também para subsidiar o processo de luta dessas comunidades perante a sociedade nacional e o Estado. Isso é possível na medida em que se demonstre a presença harmoniosa dessas comunidades com o meio ambiente durante séculos, além de comprovar suas raízes e justificar seu direito às terras que tradicionalmente ocupam.

A Arqueologia, sendo uma ciência que estuda as sociedades do passado privilegiando a cultura material, tem se empenhado nas últimas duas décadas em desenvolver novas abordagens que permitam estabelecer melhor as relações do passado e presente, e as relações de poder envolvidas. Essas preocupações são próprias da Arqueologia Pública e se insere hoje no bojo das tendências contemporâneas da Arqueologia e, em especial, da Arqueologia Pós-processual surgida na década de 1980. Para Ian Hodder, figura exponencial dessa linha

¹ Doutor e Mestre em Arqueologia – MAE/USP. Bacharel em História – FFLCH/USP. Diretor da empresa Gestão Arqueológica Consultoria em Patrimônio Cultural Ltda. E-mail: pcali@uol.com.br

teórica, “interpreta-se o passado em função do presente, mas pode também utilizar-se o passado para criticar e desafiar o presente” (Hodder, 1990: 201).

A própria definição de Arqueologia como “o estudo do poder” por Michael Shanks e Christopher Tilley (1987: 08) e como prática de construção de um passado por Ian Hodder (1986: 16), vincula-se, diretamente, às relações de poder na sociedade como um todo (FUNARI, 1989: 204).

Nesse sentido, a Arqueologia Brasileira e os órgãos de preservação ainda não se debruçaram sobre a preservação e estudo dos sítios de origem caiçara, assim como quase não há trabalhos arqueológicos sobre senzalas, mas sim sobre as sedes das fazendas; quase não há estudos sobre quilombos, mas vários sobre engenhos, e assim por diante.

Este artigo, sendo apenas uma síntese de uma proposta mais ampla, apenas apontará alguns aspectos sobre a importância da atuação da Arqueologia para o conhecimento, preservação e valorização da cultura caiçara.

Imaginamos, portanto, dois aspectos relevantes para esse momento. Primeiramente, quais elementos da cultura caiçara foram herdados de sociedades indígenas e como eles foram adaptados e, em segundo lugar, indicar quais os tipos de sítios arqueológicos caiçaras possíveis para estudo e preservação.

Heranças

O modo de vida do sambaquieiro, enquanto pescador e coletor, tem muitos aspectos do modo de vida caiçara. Podemos lembrar essencialmente a pesca, prática central para a economia e subsistência do sambaquieiro e fundamental, hoje, para o caiçara. Podemos lembrar a pesca com anzol, a pesca com rede e a confecção de canoas e, porque não, a própria mobilidade no espaço praiano. Entretanto, devemos considerar que não há relação direta entre tais sociedades, já que os sambaquieiros desapareceram muitos séculos antes da chegada do europeu. Curiosamente, existe na memória do caiçara a tese por eles defendida de que esses montes cheios de conchas e ossos, os sambaquis, são resultado do Dilúvio. Explicação lógica para eles, de acordo com suas crenças.

Já com a chegada das sociedades indígenas, agricultoras e ceramistas, principalmente os tupis, a herança pode ser estabelecida. Essa herança se manifesta em sua economia, através das práticas agrícolas, o sistema de coivara, a preferência por produtos como a mandioca; ou em suas técnicas de pesca, a construção de canoas, a percepção do espaço e a solidariedade entre as famílias. A cerâmica tradicional caiçara é essencialmente indígena, produzida com a técnica de acordelamento, agregando-se, inclusive, muitos padrões decorativos próprios da cerâmica tupi. Essa cerâmica ainda pode ser encontrada em alguns centros produtores que restaram pelo litoral.

Assim, a cultura caiçara irá se constituir adaptando-se à cultura européia a realidade dos trópicos, com forte herança indígena e, depois, com elementos dos escravos africanos.

Os sítios arqueológicos

Os sítios arqueológicos caiçaras compõem-se de locais de ocupação onde tenham deixado vestígios materiais. As casas caiçaras não deixavam muitos vestígios devido à sua constituição, feita de pau-a-pique, madeira, agregando-se, mais raramente, a alvenaria de pedra e cal. Assim, os vestígios preservados pelo tempo, geralmente, são sutis: alicerces de casas, muros de pedra e barro para manter o piso acima do solo úmido. Também encontramos fornos, valos de captação de água, pequenas olarias, engenhocas de cana, de mandioca, moendas de pedra etc.

Para efeito de estudo e preservação, não há restrição quanto à época, pois tanto um sítio caiçara do século XVIII quanto outro do XX possuem elementos para entendermos esse desenvolvimento da cultura caiçara.

Na região da Estação Ecológica Juréia-Itatins, litoral sul paulista, estudamos os sítios caiçaras em contraposição aos sítios de fazendas e engenhos de arroz, abrangendo os séculos XVII e XIX (CALI, 1999). Foi possível a caracterização de padrões de assentamento específicos e o estabelecimento da relação entre eles. Na ocasião todos sítios caiçaras foram cadastrados no IPHAN como sítios arqueológicos e, portanto, protegidos pela lei federal 3924/61. Contudo, com o crescimento da especulação imobiliária, as zonas litorâneas cada vez mais estão sendo ocupadas por veranistas. No caso desses novos empreendimentos imobiliários necessitarem de licenciamento ambiental, faz-se necessário o levantamento arqueológico preventivo (Portaria IPHAN 230/02), visando ao estudo e resgate de sítios antes do início das obras. Mas os sítios caiçaras, com seu aspecto singelo e devido ao fato de assemelhar-se aos assentamentos caiçaras atuais, muitas vezes são ignorados e liberados para destruição. Em Ilhabela, litoral norte paulista, temos identificado, estudado e cadastrado sítios caiçaras. Mas, por vezes, outros estudos contratados por empreendedores, simplesmente os consideram como locais de ocupação recente sem valor arqueológico. Acreditamos que a própria comunidade caiçara e seus apoiadores devem dialogar com os órgãos de preservação, principalmente o IPHAN, no sentido de dar a devida importância a esses sítios.

Em suma, são possíveis e necessários estudos sobre a herança da cultura caiçara, bem como pesquisa e ações para identificar e preservar sítios caiçaras, incluindo sua paisagem, enquanto elemento do sítio. A Arqueologia não pode mais reproduzir a relação entre dominantes e dominados, lembrando Shanks (1987: 189). Pelo contrário, deve dar voz aos vários agentes sociais e, no contexto atual, provocar um debate sobre a postura do Estado frente a essas comunidades, fortalecendo a identidade desses povos e propiciando o exercício de sua cidadania.

Bibliografia

- CALI, Plácido. **Políticas Municipais de Gestão do Patrimônio Arqueológico**. São Paulo: MAE/USP, 2005. Tese de Doutorado.
- _____. História da Cultura Brasileira e Fontes Arqueológicas. **Revista Fronteiras**, n. 11, Mato Grosso do Sul: Ed. UFMS, 2003a.
- _____. O Patrimônio Arqueológico de Ilhabela. **Cartilha da Cultura**. Ilhabela: Secretaria Municipal da Cultura, nov. 2003b, n. 05.
- _____. **Sítio Arqueológico Engenho Pacuíba I**. São José dos Campos: Asseart, 2003c.
- _____. **O processo de povoamento do litoral sul de São Paulo: Juréia-Itatins**. São Paulo, 1999. Diss. (mestr.) – Universidade de São Paulo, Museu de Arqueologia e Etnologia, 1999.
- _____. Reserva Indígena de Peruíbe: um estudo sócio-cultural dos guaranis. In: EKMAN, Maya. **Peruíbe, História das suas Origens, Contos e Lendas**. Peruíbe: Editora Peruíbe, 1991.
- FUNARI, Pedro Paulo A. Reflexões sobre a mais recente teoria arqueológica. **Revista de Pré-História**. São Paulo, v. 07, 1989.
- HODDER, Ian. **Interpretación en Arqueología. Corrientes actuales**. Barcelona: Editorial Crítica, 1988.
- _____. **Reading the Past. Current approaches to Archaeology**. Cambridge, Cambridge University Press, 1986.
- SHANKS, Michael, TILLEY, Christopher. **Social Theory and Archaeology**. Cambridge: Polity, 1987.